

GEOGRAFIA POLÍTICA DA ÁGUA NA AMÉRICA LATINA

Wagner Costa Ribeiro¹

RESUMO

Os indicadores internacionais apontam um quadro complexo de oferta de água para a América Latina no século XXI. Em alguns países, existe água em abundância, mas em regiões de pouca presença humana, como é o caso de alguns países amazônicos. Em outros, o acesso à água já é fonte de conflitos sociais, como no México e no Brasil. Além disso, a qualidade e o acesso à água são desiguais. Infelizmente os dados confirmam que a gestão dos recursos hídricos não possibilitou levar água à toda população latino-americana. Em muitas localidades é preciso um esforço pessoal para conseguir água. Além disso, verifica-se falta de saneamento básico em grande parte da América Latina e dificuldades para fiscalizar a contaminação de corpos d'água. Porém, quando se analisa a disponibilidade hídrica, em especial na América do Sul, verifica-se que existe muita água para cada habitante. Ela ocorre em extensos rios e por meio de reservatórios subterrâneos como o Aquífero Guarani. Este trabalho apresenta a disponibilidade hídrica e focos de tensão pelo uso da água na América Latina com vistas a avaliar sua segurança ambiental. Para tal, se baseia em fontes de órgãos multilaterais e de países. Como resultado, aponta que é preciso criar meios de garantir o acesso a esses recursos pela população latino-americana para impedir a eclosão de conflitos pela água. Dar um destino social à água é possibilitar o desenvolvimento social dessa parcela do mundo, que ainda possui indicadores de qualidade de vida mais baixos que outras. Discutir uma estratégia que possibilite uma integração regional para o uso dos recursos hídricos pode evitar que interesses alheios se instalem na exploração da água da América Latina, seja por meio de privatizações dos serviços de água, seja por meio do comércio de água in natura ou pela venda de produtos que usaram muita água. A geografia política dos recursos naturais pode ser usada para evitar o surgimento de conflitos pelo acesso à água e para a integração da gestão dos recursos hídricos na América Latina. É preciso insistir que o uso da água seja voltado ao desenvolvimento sócio-econômico da população dos países latino-americanos.

Palavras-chave: Geografia política; recursos hídricos; América Latina; segurança ambiental

¹ Professor Livre Docente do Departamento de Geografia Humana e Presidente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. Endereço Postal: Av. Prof. Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária. CEP 05508-900. São Paulo-SP. E-mail: wribeiro@usp.br

1. INTRODUÇÃO

Escassez e abundância de água convivem na América Latina. Em países como o México, no extremo norte desse arranjo geográfico, a falta de água somada à pressão de seu vizinho geram tensões sociais. Na Bolívia, também ocorreram conflitos com a empresa gestora da água em Cochabamba em meados da década de 1990. No Brasil, o semi-árido nordestino, que chega a cerca de 10% do território do país, também convive com a falta de água. E pode-se lembrar ainda do Deserto de Atacama, no Chile, cuja soma de fatores geográficos o torna um dos lugares mais áridos no mundo.

Entretanto, também se encontra na América Latina indicadores de abundância de água. Basta lembrar da presença do rio Amazonas, que verte cerca de 15% da água doce que chega aos oceanos todos os anos (Rebouças, 1999). Outra reserva hídrica extremamente importante é o aquífero Guarani que está submerso no território de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Apesar da oferta hídrica, o quadro social de extrema desigualdade resulta em dificuldades para prover a população de água. Os indicadores sociais baixos, como indicam índices como o IDH, por exemplo, deixam claro que, apesar da oferta hídrica não temos uma gestão adequada voltada à prioritariamente abastecer a população latino-americana.

Outro aspecto a ponderar é a qualidade da água. Infelizmente, muitas vezes ela é contaminada, o que impede seu uso pelos seres humanos, dessedentação de animais ou mesmo para a agricultura.

Apesar desse quadro desolador, as estatísticas da Organização das Nações Unidas projetam para a América do Sul, em especial, uma oferta hídrica per capita muito superior a outros países do mundo. Diante de um quadro de falta de água em países ricos, mira-se para a América do Sul como potencial fornecedor dessa substância a eles.

O objetivo desse texto é discutir a oferta de água na América Latina, em especial na América do Sul numa perspectiva da Geografia Política. Diante disso, a expectativa é ponderar o significado estratégico que a água desempenhará no século XXI e os possíveis novos focos de conflitos que possam surgir na América Latina em função da exportação de água ou mesmo da crise de abastecimento que já se verifica nessa parte de planeta.

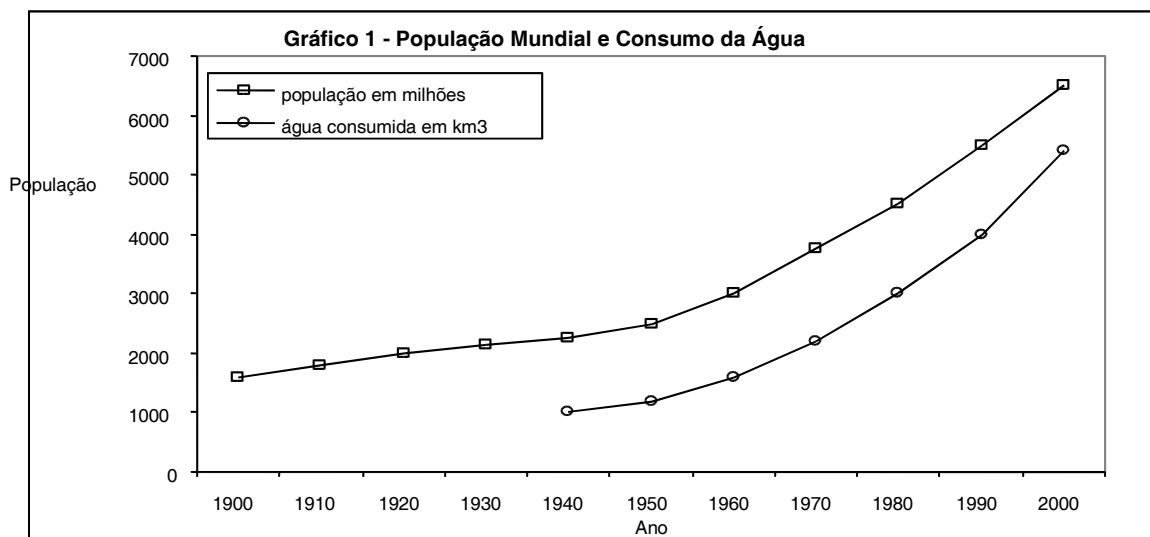
Para tal, este trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira, Água na sociedade de consumo, discute-se o significado da sociedade contemporânea e a água como insumo produtivo. Além disso, é apresentado um quadro do consumo desigual da água no mundo. Depois, em Distribuição política da água na América Latina, o leitor encontrará a oferta hídrica na América Latina. Em seguida, apresentam-se alguns dos focos atuais de tensão gerados pela água sob o título Tensão pela água. E, por fim, as considerações finais.

2. ÁGUA NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Nos últimos cinquenta anos, verificou-se um vertiginoso crescimento do consumo de água no mundo. Isso ocorreu muito menos que por argumentos malthusianos, mas pela consolidação da sociedade de consumo.

É preciso lembrar que dois aspectos incrementam, e muito, o consumo da água: a renda elevada e a urbanização. São os mais abastados que mais consomem, o que desequilibra o uso dos recursos hídricos. Além disso, a vida nas cidades também leva à perda de água por meio de vazamentos ou furto da água, além daquela que é utilizada para higienizar as cidades.

Observe o gráfico a seguir:



Fonte: UNESCO, WWAP, *Water for people, water for life* - 2003, p. 13.

Em 1950, a Terra não chegava a 3 bilhões de habitantes. Nessa época, o consumo estava perto de 1.200 km³ por ano. No ano 2000, a população chegou a cerca de 6 bilhões, ou seja, dobrou. O que ocorreu com o consumo de água? Ele cresceu mais que quatro vezes, atingindo cerca de 5.200 km³ por ano! Os dados deixam muito claro que o maior fator do aumento da demanda de água no mundo não é o crescimento populacional mas sim o crescimento da produção de mercadorias, já que a água é um importante insumo para a produção industrial e agrícola.

Uma das expressões da sociedade de consumo são as redes, analisadas pelo espanhol Manuel Castells (2001). Esse sistema de comunicações serve para a comunicação entre movimentos sociais e pesquisadores, mas serve primordialmente à sociedade de consumo. Ele viabiliza os fluxos de mercadorias, de dinheiro, de pessoas, que fecham negócios por meios eletrônicos. Os meios, em si, são produzidos, constituindo o que o geógrafo Milton Santos chamou de meio técnico-científico informacional (Santos, 1988 e 1996).

Para o inglês Immanuel Wallerstein o capitalismo é um sistema histórico

baseado numa lógica particular, a da acumulação incessante de capital. Por conseguinte, esse tipo de sistema precisa preconizar a possibilidade de uma expansão ilimitada. [...] Em outras palavras, o acúmulo incessante de capital requer como um dos seus mecanismos uma orientação coletiva para o consumo (Wallerstein, 1994:49).

Não é possível reduzir a vida a uma “orientação coletiva para o consumo” senão tornando-a um fardo a ser superado apenas pelos que se distinguem entre os demais. Entre a orientação e a efetiva compra de mercadorias aparece o sentido da

exposição permanente dos ricos e seus objetos de consumo e uma horda imensa de miseráveis, desejosa de produtos inatingíveis. Os que conseguiram adentrar no reino do consumo se distinguem na multidão de pobres afoitos a adentrar em um universo longínquo, qual seja, o dos bens de consumo.

Esse é um reino da ilusão. Por isso a apatia depressiva pós-consumo cresce, traduzida em violências contra diversas manifestações da vida. Mesmo os consumidores estão em pânico por causa das ameaças à sua integridade física por meio da violência urbana, resultado da desigualdade social que priva a ampla maioria da população terrestre dos produtos tornados desejos.

O consumo de mercadorias cresce, o que exige mais recursos naturais, entre eles a água. O espanhol Martinez-Alier (2002), expõe muito bem esse crescimento, que é concomitante à queda nos preços da matéria-prima, o que resulta em uma apropriação de países centrais dos recursos naturais de países mais pobres, que têm de gerir o passivo ambiental.

Como escreveu o geógrafo Milton Santos

o consumidor não é cidadão. Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos; a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão *status*. Nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, regalias de um consumo elitizado como o turismo e as viagens, os clubes, e as diversões pagas; ou de bens conquistados para participar ainda mais do consumo, como a educação profissional, pseudo-educação que não conduz ao entendimento do mundo (1987:41).

É preciso insistir com Santos que esse padrão absurdo de produção de mercadorias não serve à cidadania. Ao contrário. Ele engendra uma série de problemas ambientais, inclusive de contaminação dos recursos hídricos.

A maior parte dos consumidores estão em países com escassez hídrica anunciada, como é o caso de grande parte dos países europeus, do Japão e dos Estados Unidos. Até o momento, esses países não deram sinais de que querem alterar o estilo de vida de sua população, o que torna a água uma mercadoria ainda mais rara e as partes do mundo que dispõem desse recurso estratégicas, como é o caso da América do Sul.

3. DISTRIBUIÇÃO POLÍTICA DA ÁGUA NA AMÉRICA LATINA

Diversas publicações na ONU indicam que a América do Sul terá abundância hídrica (UNEP, 1999, 2002 e UNESCO&WWAP, 2003).

O relatório produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, *Global environment Outlook*, de 1999, produziu uma análise prospectiva do consumo de água por país, considerando o consumo atual e o crescimento econômico e populacional médio de cada país. O resultado indica que o México e Cuba enfrentarão dificuldades para abastecimento hídrico populacional. Entretanto, os demais da América Central e do Sul não. Os primeiros estariam em estresse hídrico em 2025, ou seja, estariam utilizando mais de 20% de suas reservas ao ano, Já os demais estariam em situação confortável, posto que as projeções indicam o consumo de menos de 10% das reservas hídricas.

De outro modo, essa mesma análise é exposta no documento com o mesmo título do PNUMA de 2002. Ela praticamente divide a América Latina em dois blocos de países: um, que vai do México ao Panamá, com média oferta de água disponível em 2000, ou seja, com uma oferta de 5000 a 10000m³ de água por ano por habitante. Porém, confirma o relatório anterior e define toda a América do Sul com uma disponibilidade hídrica elevada, ou seja, com mais de 20000m³ por ano por habitante.

Diferente dos anteriores, o documento *Water for life, water for people*, da UNESCO e WWAP de 2003, expõe os dados por bacia hidrográfica. Nesse caso, a análise se pauta nas bacias internacionais e expõe a abundância na bacia Amazônica e na bacia do Prata.

Nenhuma dessas publicações destaca o aquífero Guarani que merece ser mais comentado.

O Sistema Aquífero Guarani está distribuído por uma área de cerca de 1.195.800 Km². Situado na porção Centro-Leste do continente sul-americano distribui-se pelo território de quatro países do Cone Sul, todos membros do Mercosul: Argentina, com 225.500 km²; Paraguai, com uma área de 71.700 km², Uruguai, onde ocupa cerca de 58.500 km², e Brasil, país onde chega a algo em torno de 839.800 km².

Além de conter a maior parte das reservas subterrâneas, o Brasil também conta com muitas áreas de recarga, o que lhe confere uma posição estratégica. Nesse país, o aquífero se dispersa ao longo de oito estados da Federação: Mato Grosso do Sul, com uma área de 213.200 km², Rio Grande do Sul, com 157.600 km², São Paulo, com 155.800 km², Paraná, com 131.300 km², Goiás, com 55.000 km², Minas Gerais, com 52.300 km², Santa Catarina, com 49.200 e Mato Grosso, com 26.400 km².

Esse reservatório possui em torno de 46.000 km³ de água (BORGUETTI, BORGUETTI e ROSA FILHO, 2004). Em estudo muito anterior, o geólogo brasileiro Aldo REBOUÇAS (1976) estimou as reservas em 48.000 km³ de água.

A reposição de água, oriunda de chuvas nas áreas de recarga, é estimada em cerca de 166 km³/ano ou 5 mil m³/s. Considerando-se perdas, chegou-se a um volume de 40 km³/ano de água utilizável, segundo divulgou o Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo (www.daee.sp.gov.br, acessado em dezembro de 2005). Esse volume de água é mais que suficiente para abastecer os cerca de 15 milhões de habitantes que vivem sobre a superfície do aquífero (ARAÚJO et al., 1995).

A distribuição da água na América Latina é desigual. O México e parte dos países da América Central encontram maiores dificuldades para abastecimento público que os países da América do Sul, que contam com mais reservas, como os da bacia Amazônica e os que se sobrepõem ao aquífero Guarani.

Uma conclusão apressada faria pensar que os países sul-americanos estão livres de conflitos e tensões pelo acesso à água. Infelizmente não é o caso, como veremos a seguir.

4. TENSÃO PELA ÁGUA

Na América Latina, a população sem acesso à água passou de 86 para 92 milhões, respectivamente, segundo o Pnuma. Esse expressivo contingente populacional passa a buscar água em outras áreas do continente, criando um enorme

fluxo migratório, pressionando os estoques hídricos locais. Por isso, a abundante oferta de água entre os países sul-americanos não representa o fim dos problemas para abastecimento hídrico.

Falta de recursos para tratar água, ou mesmo para distribuí-la, deixa partes expressivas do Brasil, por exemplo, sem água. É o caso, como já foi escrito acima, da porção semi-árida do território brasileiro e também de áreas metropolitanas, como São Paulo, Recife, Fortaleza e Campinas, que também sofrem com a falta de água. No primeiro caso, menos que a falta de chuvas, dado que os indicadores médios apontam para cerca de 600mm³/ano (Conti, 2003), os problemas decorrem da apropriação dessa água por meio de um sistema de coleta que privilegiou os grandes proprietários de terras, que utilizam a água para pressionar camponeses com fins políticos e econômicos. Já as metrópoles citadas enfrentam crises de abastecimento pela retirada das matas de seu entorno e pelo crescimento urbano acelerado.

Existem outros pontos de tensão na América Latina.

O México é obrigado a devolver ao seu vizinho do norte a água que retira dos rios Colorado e Grande, que também serve como linha fronteira entre os países. Mas isso não é tudo: a água deve ser tratada antes de se “devolvida”. Essa atitude corrobora a tese de que os Estados Unidos terão falta de água nas próximas décadas, muito embora ela já ocorra em partes do país, como na Califórnia, no Novo México, no Texas e até mesmo na Flórida (Barlow e Clarke, 2003).

A experiência em Cochabamba, na Bolívia, também deve ser analisada. Em janeiro de 2000 houve uma majoração em cerca de 30% da tarifa pela empresa norte-americana Bechtel, que passou a operar o serviço de abastecimento de água na

cidade, que foi privatizado. Milhares de pessoas saíram às ruas protestando contra o aumento da tarifa. Após uma semana de impasse, o governo boliviano rompeu o contrato com a Bechtel. Anos mais tarde, a empresa processou a Bolívia exigindo ressarcimento sobre ganhos futuros que acabou não realizando dado o levante populacional. Esse processo continua em tramitação.

O exemplo boliviano indica que a privatização pode ser um problema dado que o capital internacional quer remunerar o serviço de acordo com preços internacionais, tornando muito cara a “mercadoria água doce” para quem recebe salários baixos, como na América Latina.

Por fim, cabe lembrar tensões entre países.

Na década de 1970, triste período em que ditaduras predominavam na América Latina, Brasil e Argentina protagonizaram um debate de “surdos”, dada a condição de inimigos potenciais que os militares daquela época alimentaram, o que atendia claramente aos interesses estadunidenses que, com isso, dividia o poder no Cone Sul e exercia sua influência e hegemonia no continente.

O Brasil desejava construir uma hidrelétrica – Itaipu, no rio Paraná. Para tal, conquistou apoio do Paraguai, país com o qual partilhava as águas, ao oferecer vantagens como a compra do excedente de energia elétrica. Tratava-se então, da “maior hidrelétrica do mundo” (hoje superada pela de Três Gargantas, construída na China), como gostavam de alardear os governantes de então.

A Argentina viu nessa ação uma ameaça militar, dado que o estouro da represa representaria um volume de água de tal ordem que alagaria parte de seu território. Na batalha geopolítica que esse episódio gerou, a resposta foi a construção

da hidrelétrica de Corpus, que serviria para reter a água em caso de uma ação deliberada para afetar o território argentino.

Dirigentes dos dois países fizeram declarações ofensivas no período, indicando que a água do rio Paraná deveria ser melhor administrada, sem colocar em risco o território dos países. É evidente que a grandiosidade de Itaipu, uma empresa binacional brasileira e paraguaia, só seria possível de ser construída em uma ditadura, que não se preocupou com os impactos ambientais da obra, entre eles, o alagamento de Sete Quedas, um primoroso conjunto de quedas d'água que era foco de visitação turística, sem contar os milhares de camponeses que perderam suas terras e foram indenizados a preços irrealistas. Talvez a tese da bomba hidráulica, como alertaram os militares argentinos possa até ter sido verdadeira. Porém, não resta dúvida que, infelizmente, aquela imensa obra serviu muito mais a atender a interesses de empreiteiras que da população brasileira e paraguaia juntas.

Recentemente, a gestão compartilhada das águas da bacia do Prata voltou à discussão, desta vez envolvendo a Argentina e o Uruguai.

Em 2005, o Uruguai anunciou a construção de duas fábricas de celulose em Fray Bentos, às margens do rio Uruguai, junto à fronteira argentina. A empresa Botnia, da Finlândia, anunciou os investimentos, o que foi suficiente para que a população de Gualeguaychú (Entre Ríos), no país vizinho, iniciasse uma mobilização contra a obra. Eles alegam que tal empresa vai degradar as águas do rio Uruguai e atrapalhar seus negócios agrícolas e turísticos.

Desde então, foram registradas várias manifestações argentinas contra as fábricas. Elas foram de níveis diferentes, como o fechamento da estrada que leva ao

Uruguai, caminhadas até a fronteira, expressão verbal ríspida de altos dirigentes e, mais recentemente, o bloqueio do porto de Buenos Aires a navios com turistas ou mercadorias que também se dirigissem à Montevideu.

O impasse mobilizou até reuniões do Mercosul, sem, entretanto, chegar a soluções até o momento. Porém, a gravidade de algumas ações indica que elas devem ser encontradas rapidamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta série de conflitos e tensões remete ao âmbito do controle do território, portanto, à geografia política.

As tensões entre países devem ser evitadas. Elas podem gerar conflitos de diversas ordens, como declarações ríspidas até, infelizmente, a mobilização e uso de tropas militares. Por isso é preciso apostar na configuração de uma ordem ambiental internacional (Ribeiro, 2001) para criar formas de diálogo entre partes com interesses diferentes. A segurança ambiental emerge como foco de análises e tem nos conflitos por água um manancial de pesquisas muito importante².

A geografia política deve ser retomada para analisar situações de tensão ambiental, como as geradas pelo acesso à água. O controle do território proposto pelo geógrafo alemão Ratzel (1990), que gerou o conceito de espaço vital, tem sido retomado por ambientalistas! A expectativa desses atores é a de delimitar uma área do planeta a cada ser humano.

² Para uma análise da segurança ambiental ver Elliott (1998), Le Prestre (2000) e Ribeiro (2001 e 2002).

Outro autor que pode ser lembrado é o geógrafo Claude Raffestin (1993). Ele alerta para o papel que a disponibilidade de recursos naturais no território de um país desempenha em sua projeção internacional.

Já o geógrafo espanhol Joán-Eugeni Sanchez (1994), aponta que é preciso garantir o acesso aos recursos naturais. Sem isso, eles seriam potencialmente úteis, mas não teriam aplicação para políticas públicas.

Recuperar as idéias desses autores ajuda na elaboração da síntese deste artigo.

Estima-se que os países andinos e o Brasil, juntos, detenham cerca de um quarto dos estoques de água doce do mundo! A carência de água só pode ser explicada pela ausência de políticas públicas que permitam a adoção de um sistema de coleta, tratamento e distribuição de água para a população local.

Entretanto, a má gestão pública não deve ser encarada como uma justificativa para a entrada do capital internacional por meio da privatização dos serviços de água. Em outro trabalho, Ribeiro (2005) indicou que as empresas operam de forma diferente em seus países de origem e em países que detêm a concessão dos serviços. Nestes últimos, elas dedicam-se a grandes centros urbanos com o objetivo de ganhar escala de produção, o que acaba prejudicando a população local pelo encarecimento dos serviços.

O controle do território, sua efetiva gestão, deve ser foco de políticas públicas que garantam o acesso aos recursos hídricos à população latino-americana.

Se isso não for implementado, a água da América do Sul será objeto de desejos alheios, que farão o possível para conquistá-la. Os meios para isso já foram

explicitados: a privatização dos serviços de água por meio do ingresso de grupos transnacionais ou, o pior, a instalação de conflitos armados.

Nenhuma dessas alternativas soluciona a carência de água de qualidade para parte expressiva da população latino-americana. É preciso articular os interesses de detentores de recursos hídricos antes que eles sejam transferidos aos países centrais, seja na forma líquida, seja por meio de produtos agrícolas ou não que necessitam de água para se desenvolver.

Esta forma de exploração de repasse de água a países centrais não pode ser mantida enquanto a população dos países detentores de estoques hídricos não for plenamente atendida em suas necessidades.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, L.M. FRANCIA, A.B. Y POTTER, P.E.. *Acuífero Gigante del Mercosur en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay*: Mapas hidrogeológicos de las formaciones Botucatu, Piramboia, Rosario del Sur, Buena Vista, Misiones y Tacuarembó. UFPR y Petrobras, 16 p Curitiba, Paraná – Brasil, 1995.

BARLOW, Maude e CLARKE, Tony. *Ouro azul: como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta*. São Paulo : M. Books, 2003.

BORGHETTI, Nadia; BORGUETTI, José Roberto e ROSA FILHO, Ernani. *Aqüífero Guaraní: a verdadeira integração dos países do Mercosul*. Curitiba, 2004.

CASTELLS, Manuel. *La galaxia internet: reflexiones sobre Internet, empresa y sociedad*. Madrid : Areté, 2001.

CONTI, José Bueno. A desertificação como forma de degradação ambiental no Brasil. In: RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Patrimônio ambiental brasileiro*. São Paulo : EDUSP/IMESP, 2003, pp. 167-187.

ELLIOTT, Lorraine. *The global politics of the environment*. Londres : Macmillan, 1998.

LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica internacional*. São Paulo : SENAC, 2000.

MARTINEZ-ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo : Contexto, 2007 – no prelo.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo : Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). IN: MORAES, Antonio C. R. (Org.) *Ratzel*. São Paulo : Ática, 1990.

REBOUÇAS, Aldo, BRAGA, Benedito e TUNDISI, José Galisia. *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo : Escrituras, 1999.

REBOUÇAS, Aldo C. Recursos hídricos subterrâneos da bacia do Paraná: análise de pré-viabilidade. Tese de Livre Docência. São Paulo : USP, 143p., 1976.

RIBEIRO, Wagner Costa. Gestão da água em Barcelona. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (67). (<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-67.htm>).

RIBEIRO, Wagner Costa. A ordem ambiental internacional. São Paulo : Contexto, 2001, 2ª. edição 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa. Ecología Política: ativismo com rigor acadêmico. *Biblio 3W*, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona Vol. VII, nº 364, 2002, p. 1-30. (<http://www.ub.es/geocrit/b3w-364.htm>).

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. *Geografía política*. Madrid : Síntesis, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo : Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo : Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo : Hucitec, 1988.

UNEP. *Global environment outlook 3: past, present and future perspectives*. London : Earthscan, 2002.

UNEP. *Global environment outlook 2000: UNEP'S Millennium Report on the Environment*. London : Earthscan, 1999.

UNESCO&WWAP. *Water for people, water for life*. Barcelona : Berghann Books, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. A cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno. In: FEATHERSTONE, Mike (Org.) *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis : Vozes, 1994.